

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África



Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África

Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Coimbra • 2008



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
Paulo Oliveira
[PMP]

EXECUÇÃO GRÁFICA
????????????????

ISBN
978-989-8074-57-7

DEPÓSITO LEGAL
????????????????????????????

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação
do Quadro Comunitário de Apoio III

**INSULARIDADE, IDIOSSINCRASIAS E IMAGINAÇÃO
REPRESENTAÇÕES DE CABO VERDE NO PENSAMENTO COLONIAL PORTUGUÊS**

A concessão da cidadania a todos os habitantes de Cabo Verde em 1822¹, antecipando em mais de 130 anos igual medida em qualquer outra parcela colonial africana, dá bem conta do valor do arquipélago no contexto do Terceiro Império Português². Tal singularidade, que entroncou numa série de premissas adiante descritas, foi objecto de uma ampla divulgação no discurso das autoridades coloniais, na imprensa e na literatura. Tanto assim sucedeu que, nos anos 50 do século transacto, Cabo Verde se viu mesmo conduzido a um lugar de destaque na ideologia colonial portuguesa.

Neste sentido, o seu processo histórico-social ligado à mestiçagem desempenhou um papel de relevo. É que o Estado Novo, com o fito de contrariar o crescente anticolonialismo surgido no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, tendeu a exibir Cabo Verde como exemplo paradigmático da colonização multirracional e multicultural desde sempre ensaiada pelos portugueses em terras de além-mar. Pelo menos do ponto de vista ideológico, tratar-se-ia de um exemplo a reter e até a emular pela comunidade internacional. Espécie de Brasil em miniatura, este território de secular confluência rática confirmaria as teses luso-tropicais do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre³.

Na verdade, advogando uma invulgar capacidade do povo português em se adaptar a espaços tropicais – graças à geografia, ao clima e à longa permanência de muitos povos na Península Ibérica –, a teoria de Freyre justificaria o não racismo e a excelência da colonização lusa. Cabo Verde seria um vértice desse supostamente bem conduzido empreendimento. No entanto, uma vez que Freyre, quando da sua visita a este arquipélago, em 1951, não descobriu as ilhas luso-tropicais que todos lhe asseguraram

¹ Cf. José Vicente Lopes, *Cabo Verde, as causas da independência*, Praia, Editora Spleen, 2003, p. 20.

² Como se sabe, o Terceiro Império (África – séculos XIX e XX) sucedeu o Primeiro (Oriente – século XVI) e o Segundo (Brasil – séculos XVII e XVIII), enquanto palco fundamental do interesse ultramarino português. Cf. Gervase Clarence-Smith, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema, 1990, pp. 9-12.

³ Ver Cláudia Castelo, *“O Modo Português de estar no Mundo” – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998.

que avistaria, coube aos seus seguidores portugueses, um tanto desiludidos com tal desencontro, prosseguir a tarefa de “corrigir” a visão do mestre.

Porque, aliás, Cabo Verde, já desde os meados dos anos 30, vinha ganhando proeminência na imprensa ultramarina, com alguns escritores e colonialistas a darem de si a ideia de um território economicamente pobre, mas culturalmente promissor. Enfatizava-se a literatura aí produzida, com destaque para aquela surgida nas páginas da revista *Claridade*. Por outro lado, tomava-se o todo pela parte, medindo *toda* a população pela bitola das elites letradas. Daqui resultaram generalizações excessivas, que vieram acentuar mitos já existentes. São, pois, de enumerar: a crença numa taxa de alfabetização superior à da metrópole, a insistência na componente europeia (portuguesa) da cultura cabo-verdiana e a aproximação entre o temperamento luso e a índole do habitante do arquipélago.

Nomeadamente, a imprensa metropolitana e a local sublinhavam alguns aspectos que, ainda hoje, entram sempre em linha de conta quando se fala na especificidade do caso cabo-verdiano no “mundo português”. Era assim que, para além da “precoce” e atrás mencionada atribuição do estatuto de cidadania, se destaca(va) a instalação da imprensa no arquipélago (1842); a criação do Seminário-liceu na ilha de S. Nicolau (1866); e o despontar de associações culturais, na Praia e no Mindelo, em finais do século XIX.

A estas premissas, tidas como causas do alto índice de “civilizados” (letrados), acresciam factores de ordem estrutural, tais como a proximidade geográfica da metrópole; a intensa mestiçagem étnico-cultural ocorrida; o caudaloso leito migratório que anualmente deixava Cabo Verde, depois regressando prenhe de ideias novas, colhidas nos países da diáspora; e o bulício portuário e urbano criado com a vinda de grandes companhias carvoeiras para a ilha de S. Vicente, prelúdio à afirmação do Mindelo enquanto importante referência cultural do arquipélago.

Mas, se a conjugação destes elementos alimentou sentimentos nativistas⁴ e/ou regionalistas, não resulta menos verdade dizer que, de igual modo, nutriu o nacionalismo insular⁵. Benedict Anderson, por exemplo, aponta o quanto o desenvolvimento da imprensa e da literatura, aliado à (re)descoberta de uma língua e da etnografia, invariavelmente abrem caminho ao nacionalismo⁶. É, pois, nesta óptica que os periódicos ilhéus das primeiras décadas do século XX e a própria *Claridade* devem ser entendidos.

As páginas que aqui se seguem, mais do que voltar a debater a polémica questão da emergência da nação e do nacionalismo cabo-verdianos, procurarão, sim, destrinçar os contornos de *um outro* nacionalismo: aquele que a propaganda colonial julgou por bem divisar (e inculcar) no natural do arquipélago. No fundo, tratou-se de uma tentativa de manter aceso o vínculo metrópole/colónia e fomentar a imagem recorrente do cabo-verdiano enquanto auxiliar do colonialismo português. Tal estereótipo,

⁴ Por nativismo não se deve entender um sentimento de repúdio pelo “estrangeiro”, forma de xenofobia, como por vezes se delimita o conceito, mas antes uma demanda individual e colectiva na defesa da terra onde se nasceu.

⁵ Ver Manuel Brito-Semedo, *Cabo Verde: a construção da identidade nacional. Análise da imprensa entre 1877 e 1975*, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2003 (policopiada).

⁶ Cf. Benedict Anderson *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 65-75.

fundamentando-se na consabida “especificidade” dos ilhéus, que ocuparam lugares na administração da Guiné e de Angola, permaneceu pujante até à independência. E foi, talvez, na voz de Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar de 1951 a 1955, que tal crença encontrou a sua melhor formulação:

Aqui a população é inteiramente civilizada, tendo assimilado a cultura portuguesa. Persistem as diferenças raciais, mas são cada vez menos acentuadas e todos têm a mesma cultura. Foi uma perfeita transplantação dos usos e costumes portugueses para estas ilhas, ainda que tenham sido adaptados ao clima e condições locais. Assim, conseguiu-se a evolução social. Pode-se dizer, no mesmo plano, que Cabo Verde procede actualmente como uma segunda Metrópole, enviando para a frente grande número de elementos para executarem uma vasta missão civilizadora nas regiões primitivas de África⁷.

1. Propaganda Colonial – “a cultura ao serviço do império”

Muito embora, como se constatou, Cabo Verde tivesse sobressaído no pensamento ultramarino português desde o século XIX, foram os anos 20 e 30 da centúria seguinte que anunciaram o seu futuro protagonismo. Na origem esteve, certamente, a intensa propaganda que o Terreiro do Paço passou a fazer das colónias e da realidade colonial, facto que deve ser relacionado com o advento do Estado Novo⁸. Alegando um renovado interesse pelas parcelas do ultramar, assim como noutros domínios, a fim de se distanciar da vencida e constantemente estigmatizada Primeira República, o regime salazarista estimulou a produção jornalística.

No lapso de tempo decorrido entre o golpe de 28 Maio de 1926 e a chegada ao poder de Salazar, em 1932, decerto impulsionados pelo êxito do *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, surgiram diversos periódicos sobre esta temática⁹. Com efeito, a Agência-Geral das Colónias, fundada em 1925, último ano de vigência da Primeira República, intentou responder à necessidade de divulgar “a obra colossal que as qualidades colonizadoras da raça têm realizado no nosso império ultramarino”¹⁰. Neste âmbito, para além do seu boletim mensal e das publicações patrocinadas, a Agência-Geral promoveu a organização de um concurso de literatura ultramarina, gesto que teve o condão de alentar ou mesmo de (re)criar um género literário que frutificou até aos anos 60.

⁷ Manuel Sarmento Rodrigues, “Harmonia racial e expansão económica na África Portuguesa”, in *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, Praia, Abril de 1956, n.º 79, p. 23.

⁸ Ver José Luís Lima Garcia, “A Ideia de Império na Propaganda do Estado Novo”, in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1992, vol. 14, pp. 411-423. Ver, do mesmo autor: “A propaganda colonial no início do Estado Novo: a acção do agente geral das colónias Júlio Garcez de Lencastre (1932-1934)”, in *Estudos do Século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, n.º 7, pp. 229-239.

⁹ Foram os casos, entre outros, de: *O Colonial* (1927); *Jornal das Colónias* (1927); *Jornal da Europa* (1927); *Lusocolonial* (1927); *Expansão Nacional* (1928); *Império Português* (1929); *Informação Colonial* (1929); *Ação Colonial* (1930); e *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* (1932).

¹⁰ Armando Zuzarte Cortesão, “O Boletim da Agência-Geral das Colónias”, in *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, 1925, n.º 1, p. 4.

Um dos vencedores desse concurso foi o jornalista Julião Quintinha (1886-1968)¹¹. Ora, tanto nas suas impressões de viagem, reunidas na obra *África Misteriosa*¹² – verdadeiro farol para a literatura colonial subsequente –, quanto no *Jornal da Europa*¹³ (1927-1931), do qual foi redactor, Quintinha revelou-se um dos principais responsáveis na divulgação da imagem que acompanharia Cabo Verde ao longo dos derradeiros 40 anos da presença colonial portuguesa no arquipélago. Aí teve o ensejo de descrever cruamente os problemas crónicos de Cabo Verde, girando em torno do trinómio estiagens/fome/pobreza. Ao mesmo tempo, encarou a cultura do ilhéu como um produto luso-africano e destacou a sua proeminência e singularidade no “mundo português”, visão que seria secundada por dois outros escritores: José Osório de Oliveira (1900-1964) e Augusto Casimiro (1889-1967).

Na esteira do *Jornal da Europa*, a revista *O Mundo Português* (1934-1947) – editada em parceria pela Agência-Geral das Colónias e pelo Secretariado da Propaganda Nacional –, encarregou-se de desenvolver a acima mencionada imagética. Na realidade, ambos os periódicos apostaram na promoção dos aspectos culturais (literatura, música, etnografia), reduzindo o número de artigos versando a usual abordagem económica¹⁴.

Parecendo interessar-se mais pelas gentes e seus usos e costumes, e menos pelos proveitos que a metrópole poderia retirar da exploração da colónia, é de crer que *O Mundo Português* desejasse seduzir através de um exotismo exaustivamente descritivista. Os mais jovens contaram-se entre os seus principais leitores. Importava, pois, aliciá-los à causa ultramarina, a fim de descobrir potenciais quadros administrativos e mobilizar eventuais colonos.

Uma série de exemplos colhidos nesta revista ilustra a predisposição da propaganda em dar de Cabo Verde uma imagem quase idílica, bem diferente, portanto, daquela que, até aos anos 20, apenas se fixava nas tragédias da fome. Desde as rubricas, em forma de pequena literatura de viagens, louvando, com “admiração e ternura [...], esse pequeno povo ansioso por engrandecer-se pelos progressos do espírito”¹⁵, essa “gente viva, alegre, sociável”¹⁶ do “arquipélago feiticeiro, que a saudade e o mar moldaram”¹⁷, até às impressões de circunstância colhidas quando das deslocações oficiais a Cabo Verde¹⁸.

¹¹ Em 1928, com *África Misteriosa*, obteve o 2.º lugar. Julião Quintinha voltaria a ser galardoado com o 2.º lugar, um ano depois, em 1929, com *Oiro Africano* e, em 1930, com o 1.º lugar, por *A Derrocada do Império Vátua e Mouzinho de Albuquerque*, livro escrito em colaboração com Fernando Toscano.

¹² Julião Quintinha, *África Misteriosa. Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas Colónias da África Portuguesa*, Lisboa, Nunes de Carvalho, 1931.

¹³ Ver o número especial dedicado a Cabo Verde: *Jornal da Europa. Informação colonial e marítima para Portugal, Colónias, Ilhas, Brasil e América do Norte*, 22 de Abril de 1928, 3.º número especial, 2.ª série.

¹⁴ Por exemplo, no número especial do *Jornal da Europa*, dedicado a Cabo Verde, os artigos sobre problemáticas económico-sociais e aqueloutros versando aspectos culturais, num total de 28, encontravam-se em número exactamente igual. Cf. *ibidem*.

¹⁵ Mário de Morais, “Como eu vi a ilha de São Nicolau”, in *O Mundo Português*, 1936, vol. III, p. 42.

¹⁶ *Idem*, “Ilhas do sol e da morna”, in *O Mundo Português*, 1935, vol. II, p. 199.

¹⁷ Carlos Parreira, “Duma vez em Cabo Verde”, in *O Mundo Português*, 1939, vol. VI, p. 385.

¹⁸ Ver António Pedro, “Cabo Verde. Notas da viagem presidencial”, in *O Mundo Português*, 1939, vol. VI, pp. 449-452.

Paralelamente, *O Mundo Português* deu a publicar poesia dos naturais do arquipélago. São de referenciar alguns dos membros da revista *Claridade*, tais como Jorge Barbosa e Pedro Corsino de Azevedo, mas também vultos literários da geração anterior, a saber, José Lopes, Eugénio Tavares e Pedro Cardoso.

Por último, cumpre registar José Osório de Oliveira, um dos primeiros seguidores em Portugal de Gilberto Freyre, que grande número de artigos deu à estampa na revista¹⁹. Muito reflectindo acerca da psicologia do ilhéu e da mestiçagem, Osório buscou publicitar Cabo Verde na metrópole, envidando esforços para que fosse conhecido fora dos círculos ultramarinos. Assegurou, assim, a publicação de uma antologia de mornas²⁰, assinou estudos e monografias e organizou algumas iniciativas culturais de monta²¹.

2. Para um nacionalismo luso-cabo-verdiano?

Na definição colonial contemporânea de Cabo Verde uma ideia houve que se impôs entre todas: a de modelo ou paradigma. E esta ideia deve ser avaliada a partir de três ângulos com um óbvio denominador comum: medir Cabo Verde a partir de fora.

Em primeiro lugar, no intuito de explicar a especificidade do arquipélago no contexto africano, tanto os cientistas sociais portugueses quanto os seus congéneres cabo-verdianos empregaram exemplos externos. Assim, Cabo Verde foi comparado com o Brasil nordestino. Sublinharam-se as similaridades climáticas e, sobretudo, o processo de mestiçagem, o qual, na medida em que aproximara colonizador e colonizado, teria esbatido a escravatura, convertendo-a em servidão.

De igual modo se evocaram as Antilhas e o seu povoamento de origem africana. Territórios insulares, a Martinica e o Haiti estariam mais próximos de si do que a Madeira e os Açores.

Por sua vez, também Goa foi chamada à colação. Na cidade indiana com secular presença portuguesa, outrossim os seus habitantes gozavam de plena cidadania e de um elevado índice de alfabetização. A simbiose seria uma realidade tanto mais digna de respeito, quanto fora a colonização lusa a interagir e a recriar novas formas comportamentais e artísticas em dois espaços tão geograficamente distantes.

Em segundo lugar, Cabo Verde foi considerado um pequeno “Portugal exilado no meio do Atlântico azul”²² e sobre o seu carácter singular se teceram as mais variadas conjecturas. Dir-se-ia que o “mistério” da nacionalidade lusa encontrara um

¹⁹ José Osório de Oliveira, “A Mestiçagem. Esboço de uma opinião favorável”, in *O Mundo Português*, 1934, vol. I, pp. 367-369; “A suposta inferioridade do mestiço”, in *ibidem*, 1939, vol. VI, pp. 57-60; “A elegia dum povo”, in *ibidem*, 1939, vol. VI, pp. 375-376; “A morna, expressão da alma de um povo”, in *ibidem*, 1942, vol. IX, pp. 323-327.

²⁰ Eugénio Tavares, *Mornas. Cantigas Crioulas*, Lisboa, 1932.

²¹ Caso da “Sessão Caboverdeana”, realizada em 1944, no Teatro da Trindade, em Lisboa, na qual foi lida poesia de Jorge Barbosa, Manuel Lopes, Osvaldo Alcântara, Pedro Corsino de Azevedo e Nuno Miranda. Cf. José Osório de Oliveira, *Poesia de Cabo Verde*, Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1944.

²² Augusto Casimiro, “As Ilhas Encantadas – Visão de Cabo Verde”, in *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 16 de Agosto de 1935, p. 1.

equivalente na idiosincrasia do ilhéu e que os próprios portugueses que escreviam sobre o arquipélago para aí teriam transferido as suas inquietações identitárias. Alguns elementos ditos mítico-culturais comuns, como o mar, a saudade e o fado/morna, foram objecto de constante análise. Estes, por seu lado, enquadraram uma série de aspectos dicotómicos, ambivalentes e híbridos – que se combinaram e recombinaram em numerosas produções de recorte ensaístico e poético –, tais como a diáspora, a insularidade, a finisterra, o mito da saudade, a melancolia, a hospitalidade, a “morabeza” e a música enquanto espelho da alma de um povo.

Por último, o território para o qual tanto se procurou um arquétipo externo tornou-se ele próprio um paradigma do encontro de culturas e um modelo de lusotropicalismo. Um novo Brasil, em suma. Ou um novo Portugal.

2.1. Sob o signo do mar

Portugueses e cabo-verdianos viram no oceano um possível destino. Os respectivos símbolos nacionais atestam-no: nas bandeiras, a esfera armilar portuguesa e o azul atlântico de Cabo Verde; nos hinos, as múltiplas referências ao mar²³. Mas, embora ambas as consciências nacionais, a historiografia e a literatura, confirmem uma secular ligação àquele elemento, não restam dúvidas de que a ideologia, qualquer que fosse a corrente, tem tido o peso maior, afirmando-o razão de ser. Por exemplo, como explicar a recente mudança da bandeira de Cabo Verde, com o azul a tornar-se cor dominante, senão pela crescente aproximação do arquipélago a uma geoestratégia atlântica e europeia?

Velha reivindicação das elites insulares e, desde o século XIX, sucessivamente adiada (ou descartada) pelos sucessivos governos coloniais, a concessão da adjacência do arquipélago fundamentou-se, em grande parte, na proximidade geográfica e civilizacional da metrópole²⁴. A maioria dos escritores portugueses sobre Cabo Verde não hesitou em afiançar que tal medida, panaceia de há muito desejada, solucionaria em definitivo todos os problemas locais. A comparação com a Madeira e os Açores foi uma constante.

Um outro ponto de contacto pode ser encontrado nas descrições dos homens do mar, mais concretamente, na figura do pescador. Em Portugal, *Os Pescadores*²⁵, de Raul Brandão, périplo literário pelas zonas costeiras, captando o modo de vida das comunidades piscatórias, deu o mote para uma série de produções artísticas²⁶.

²³ A palavra “mar”, no caso do hino português, surge logo no primeiro verso e, mais adiante, uma segunda vez – embora num contexto não identitário. No hino de Cabo Verde, vamos encontrá-la duas vezes literalmente: “a esperança é do tamanho do mar” e “sentinela de mares e ventos”; e duas outras vezes sugerida: “entre estrelas e o atlântico” e “no pó da ilha nua”.

²⁴ Ver Ivone Centeio, *As Ilhas de Cabo Verde (1820-1960). A problemática da mestiçagem e a defesa do estatuto de adjacência*. Dissertação de mestrado em História (História Contemporânea) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2007 (policopiada).

²⁵ Ver Raul Brandão, *Os Pescadores*, Porto, Porto Editora, 2003.

²⁶ A peça de teatro *Tã Mar*, de Alfredo Cortez, laureada com o Prémio Gil Vicente do SPN, em 1936 – e a partir da qual Rui Coelho escreveria uma ópera homónima; o bailado *Nazaré* (1949), de Frederico de Freitas; alguns documentários; os filmes *Nazaré*, *Praia de Pescadores* (1929); *Ala-Arriba* (1942), de Leitão de Barros e *Nazaré* (1952), de Manuel Guimarães; e a obra etnográfica de António Santos Graça, *O Poveiro* (1932).

Espécie de equivalente popular dos navegadores dos tempos do expansionismo, o pescador luso, sobretudo o nazareno, pelo seu carácter apolítico, o seu “fatalismo” e a sua etnografia específica, encaixava perfeitamente no português pretendido pela propaganda salazarista.

No que respeita ao arquipélago, apesar de ter predominado a imagem do “emigrante”, coube a Mário Leite, em “Apontamentos para a história das ilhas de Cabo Verde”, consagrar algumas páginas aos pescadores das diferentes ilhas²⁷. Insistindo na sua bravura e descrevendo sucintamente as suas técnicas e hábitos, Mário Leite pareceu querer rivalizar com Raul Brandão. Sobressai, sobretudo, a crença do mar como destino, mesmo quando conduzia à emigração e à diáspora. Vejam-se os termos em que Julião Quintinha falava do povo cabo-verdiano, os quais, excepção feita à morna, facilmente se diriam exprimir a maneira de ser do povo português:

Gente sofredora, pobre, que trabalha o solo ingrato; povo de pescadores marinheiros que emigra para voltar, num amor entranhado à Terra-mãe; gente que traduz o seu sentimento artístico na morna – canção dolente, canção de amor, canção de embalar, que é ao mesmo tempo um queixume delicado contra o destino agressivo e a síntese do que lhes inspira o amor, a saudade e a Natureza²⁸.

Mas, também o sentimento sebastianista, embora de forma mais esporádica, chegou a ser evocado para explicar Cabo Verde. Um artigo do *Notícias de Cabo Verde*, após exumar o proverbial pessimismo dos portugueses e a “abulia que se apossou da alma nacional”²⁹, rematava:

Em Cabo Verde, infelizmente, ainda existe muito desse ‘sebastianismo’ e desse ‘derrotismo’ – o sebastianismo de que as chuvas hão-de vir, pois que só elas é que resolvem o nosso ‘caso’, e o derrotismo de que é impossível fazer qualquer coisa que nos possa arrancar deste ‘mare magnum’ de misérias em que flutuamos...³⁰

2.2. Da Saudade e da Nostalgia

“Alma da alma lusíada”, a saudade tem sido objecto de muita especulação aos mais variados níveis. No século XX, a filosofia saudosista de Teixeira de Pascoaes insinuou ainda mais, na cultura nacional, “o mais doce, expressivo e delicado termo da nossa língua”, reforçando o valor do mito do “afecto próprio dos portugueses”.

²⁷ Mário Leite, “Apontamentos para a história das ilhas de Cabo Verde”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Maio e Junho de 1937, série 55.^a, n.ºs 5 e 6, pp. 205-208.

²⁸ Ruy Cinatti Gomes, “A mocidade académica e o 1º Cruzeiro de Férias às Colónias – o que eu vi em África”, in *O Mundo Português*, 1935, vol. II, p. 413.

²⁹ Manuel Serra, “Sebastianismo e Derrotismo”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, 25 de Junho de 1949, n.º 256, p. 3.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 3.

Ora, Augusto Casimiro, antes do seu exílio político em Cabo Verde, no início dos anos 30 – manancial dos seus futuros escritos sobre o arquipélago –, foi um dos discípulos de Pascoaes. Nesta medida, a visão que teve das ilhas haveria de sofrer tal influência. No seu principal escrito versando Cabo Verde, *Portugal Crioulo*³¹, são múltiplas as alusões à saudade. Deslumbrado com a Brava – ilha de Eugénio Tavares –, “onde a colonização branca prevaleceu”, Casimiro comparou-a à Madeira e os Açores, pois, aí predominavam os “hábitos festivos da terra metropolitana”³².

Foi, aliás, a Brava, mais do que qualquer outra ilha, a inspirar ao poeta português desterrado algumas das suas páginas mais comoventes em torno da saudade. Ao mesmo tempo que Casimiro descobria, no rosto das crianças cabo-verdianas, a lembrança dos seus filhos distantes, já os naturais do arquipélago nele entreviram, nostalgicamente, as feições de Eugénio Tavares, vulto desaparecido apenas alguns anos antes³³. A poesia contida neste episódio e a transcrição de mornas locais deveriam transmitir uma ideia sentimental de Cabo Verde, que em muito se aproximava do lirismo que normalmente se percebia na índole lusa.

Em todo o caso, e apesar do muito que se escreveu sobre a saudade cabo-verdiana, poucas obras se propuseram abordá-la em moldes próximos do debate filosófico que se fazia em Portugal. Foi o caso de uma dissertação para exame de licenciatura, em Ciências Histórico-Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa³⁴.

Começava a sua autora, Cândida do Carmo, por sublinhar os aspectos “etimológico”, “literário” e “metafísico” do sentimento saudoso, garantindo que “não será só dos Lusitanos, mas sim comum a toda a humanidade”³⁵. Depois, distinguia saudade e nostalgia, explicitando que, enquanto a primeira era “essencialmente desejo de obter algo ausente” e a “vivência pretérita”³⁶ consigo relacionada, a nostalgia seria “uma forma particular de saudade”, mais notória “nos povos africanos e afro-brasileiros”, e estreitamente imbricada no sentimento evasivista³⁷.

No entanto, como resultado da sua dupla origem africana e metropolitana, da insularidade e da emigração, da pobreza e das crises de fome, ter-se-ia gerado, nas gentes de Cabo Verde, um perpétuo estado de espírito que reunia e transcendia saudade e nostalgia. É que o conflito do “amor ao torrão natal, o amor à sua raça e o desejo de se realizarem integralmente, recebendo a justa felicidade” apenas se realizaria “fora desse ambiente tão amado e querido”³⁸. Lembre-se como, mas de modo mais eloquente, Fernando Pessoa declarou que “português que é só português, não é português”.

³¹ Augusto Casimiro, *Portugal Crioulo*, Lisboa, Editorial Cosmos, 1940.

³² *Idem, ibidem*, p. 86.

³³ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 127-136.

³⁴ Cândida Alves Clavel do Carmo, *Subsídio para o estudo da Saudade e Nostalgia no povo cabo-verdiano*. Dissertação para exame de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas. Lisboa, 1956.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 8.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 12.

³⁷ Cf. *idem, ibidem*, p. 14.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 39.

De qualquer modo, segundo a autora, a poesia de Jorge Barbosa seria um reflexo dessa complexidade psicológica, estado esse também comum ao dual temperamento português. Afinal, não escrevera Pascoaes que a “alma lusíada tem a sua origem na fusão de antigos Povos que habitaram a Península”³⁹, agrupados em dois grandes ramos: *árias* e *semitas*? Não havia a geração de 70, nomeadamente Oliveira Martins e Teófilo Braga, discutido a multi-etnicidade do povo português, responsável por idiosincrasias como a candura, o lirismo e saudade? Não se fundara em todas estas considerações o luso-tropicalismo?

No primeiro número de *Claridade*, ao delinear, a partir de diversos dualismos (mar/terra, Europa/África, *wanderlust/hantise*), a natureza do homem cabo-verdiano, Manuel Lopes advogou que, “na morna, expressão musical do povo, verifica-se a simbiose dos elementos mais díspares de que se compõe essa alma inquieta”⁴⁰. Sintetizava, pois, uma constante das interpretações desta forma musical, ou seja, que nunca “a alma de um povo encontrou, tão perfeitamente, a sua expressão, numa única manifestação de arte”⁴¹.

Alimentada pela saudade (e pela melancolia⁴²), a morna foi considerada uma parente ultramarina, ou luso-tropical, do fado. Naquilo que foi um dos grandes cavalos-de-batalha da imprensa ultramarina portuguesa sobre o arquipélago, não faltaram os artigos a descortinar maiores ou menores similitudes entre os dois géneros. Regra geral, as análises comparativas nunca foram ao fundo da questão, através de uma pesquisa histórica e musicológica, ficando-se antes pelas afinidades rítmicas e o carrear de sentimentos análogos. Por exemplo, num número do jornal *Notícias de Cabo Verde*, dois sonetos intitulados – “O Fado” e a “Morna” – eram chamados de “almas gémeas”. Eis um excerto da “Morna”:

Se bem que seja o Fado joia rara,
Tambem no Mundo a *Morna* se venera,
Por traduzir a divinal quimera
Que as Almas guía e corações ampara⁴³.

Na aproximação da morna ao fado há que divisar, uma vez mais, a tentativa de unificar a vontade e o destino dos dois povos. Que inúmeros trechos pareceram não se cansar de denunciar, pondo em destaque outras características comuns:

Toda a melancolia e fatalidade marítima, a tristeza da emigração, o encanto aventureiro com desejos de correr mundo e a alegria no regresso ao lar, o lirismo dessa gente ingénua⁴⁴.

³⁹ Teixeira de Pascoais, *A arte de ser português*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1998, p. 56.

⁴⁰ Manuel Lopes, “Tomada de vista”, in *Claridade*, S. Vicente, 1936, n.º 1, p. 6.

⁴¹ José Osório de Oliveira, “A Morna. Expressão da alma de um povo”, in *O Mundo Português*, 1942, vol. IX, p. 323.

⁴² Julião Quintinha, na obra *África Misteriosa*, intitulou de “Arquipélago da Melancolia” o capítulo sobre Cabo Verde.

⁴³ Costa Guimarães, “Almas Gémeas. O fado e a morna”, in *Notícias de Cabo Verde*, S. Vicente, 15 de Junho de 1938, n.º especial.

⁴⁴ Julião Quintinha, *África Misteriosa*, p. 82.

2.3. Da Utopia

Em última análise, a utopia remete para a insularidade. Ao longo dos tempos, as ilhas têm sido território de imaginação. Veja-se o quanto outros espaços similares, como os oásis e os planetas no oceano do universo, não deixam de sugerir a mesma ideia de porto de abrigo ou lugar incógnito e fabuloso.

Presente em alguns mitos, dos quais emerge a Atlântida, cedo a ilha-utopia transitou para a poética. Na cultura que se convencionou chamar de ocidental, a *Odisseia* desempenhou um destacado papel. A despeito de Ulisses desembarcar em ilhas lendárias habitadas por divindades (Éolo, Calípsio) e até lhe chegar a ser assegurada a imortalidade se aí permanecesse, a única terra que o herói homérico almeja é a sua pátria, a ilha de Ítaca. De igual modo, outras obras tão distintas quanto *Os Lusíadas* e a famosa “Ilha dos Amores” ou *A Ilha do Tesouro*, de Robert Louis Stevenson, exploraram os múltiplos significados que o simbolismo insular em si carrega. Mais recentemente, *A Ilha do dia antes*, de Umberto Eco, não se furtou a desenvolver idêntica temática.

Dentre as possíveis explicações para a origem deste simbolismo, a mais provável afirma que a travessia marítima (ou fluvial) rumo a uma ilha pressupõe o abandono do reino dos vivos. O mar aparta. O oceano seria uma barreira intransponível e, nesta óptica, numa tradição mitológica que se perde na noite dos tempos, a ilha é espaço do não ser e da utopia (não lugar), território dos mortos⁴⁵. Não apenas os antigos egípcios acreditavam que os faraós defuntos navegavam numa barca pelo céu, como muitos hindus depositam as cinzas dos corpos cremados no rio Ganges. A figura de Caronte e a sua reatualização cristã no *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, é, também, esclarecedora⁴⁶. Da mesma forma, a lenda medieval do Mar Tenebroso, o ciclo arturiano, com o seu desfecho na mítica ilha de Avalon, e a não menos brumosa ilha onde repousaria D. Sebastião – história de resto influenciada pela lenda céltica do portador da excalibur –, permitem idênticas leituras.

Da universalidade de tal mito deriva, talvez, a busca de universalismo que norteou as suas numerosas racionalizações. Falamos da ilha como espaço de utopia política e social, que teve em Platão o seu primeiro profeta, e continuadores como Francis Bacon (*A Nova Atlântida*), Tommaso Campanella (*A Cidade do Sol*) e, sobretudo, Thomas More (*Utopia*)⁴⁷. Ou que surgiu em capítulos de livros, como a ilha de *Barataria* (*D. Quixote*), e as não menos famosas ilhas d’*As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift. Ou que, realmente existindo, como a Ilha da Liberdade junto a Nova Iorque, representa o sonho/utopia americano.

Inversamente, livros como *O Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, e *1984*, de George Orwell, configuram exemplos de distopias, ou seja, utopias negativistas, aí se realizando o mais completo dos totalitarismos. Uma vez mais, a acção decorre em

⁴⁵ Cf. Carlo Ginzburg, *História Nocturna*, Lisboa, Relógio D’Água Editores, 1997, pp. 200 e ss.

⁴⁶ Para além da literatura e do teatro, também a pintura (e a música) se deixou influenciar por este simbolismo. Relembre-se o famoso quadro de Arnold Böcklin, “A Ilha dos Mortos”, que inspirou os compositores Sergey Rachmaninov e Max Reger.

⁴⁷ Ver Miguel Baptista Pereira, “Utopia e Apocalíptica nos caminhos da existência”, in *Estudos do Século XX*, Coimbra, Quarteto, 2002, n.º 2, pp. 11-59.

ilhas (Inglaterra) e o próprio mundo converte-se numa grande ilha fechada. Refira-se que os sistemas concentracionários dos mais perfeitos totalitarismos alguma vez postos em prática, a Alemanha hitleriana e a União Soviética estalinista, foram comparados a arquipélagos⁴⁸.

Ora, a imagem colonial de Cabo Verde comportou todos estes significados: a ilha como espaço mítico; a ilha como utopia social; e a ilha como distopia.

Foi baseando-se em Camões, o qual identificara o arquipélago como o Jardim das Hespérides⁴⁹, que vultos da intelectualidade cabo-verdiana dos inícios do século XX começaram a construir uma acepção poético-mitológica do território de raiz helénica⁵⁰. Local de abundância, onde nasceriam maçãs de ouro, o lendário jardim em tudo se distinguia da penúria e das crises de subsistência que afectavam Cabo Verde. Daí que o recurso a este mito, ao mesmo tempo que imaginava uma “pré-história” anterior à chegada dos portugueses no século XV, tentasse resolver o dilema entre a “pátria lusitana e a mãe terra crioula (mátria)”⁵¹, naquilo que Manuel Ferreira denominou por “cissiparidade pátrida”⁵².

Os poetas José Lopes e Pedro Cardoso foram os principais difusores do mito hesperitano, confirmando certa ambiguidade geracional. No livro intitulado *Jardim das Hespérides*, Cardoso tanto enaltecia a “Pátria aventureira” cantada pelo “engenho ardente”⁵³ de Camões, quanto compunha uma “Ode a África”, instigando este “leão dormitante” a reerguer-se em nome do seu passado⁵⁴.

Mais esporádica foi a presença destas efabulações hesperitanas na imprensa colonial. Quando muito, tratou-se apenas de uma utilização à maneira de topónimo, pois, nem poetas, nem publicistas, se sentiram no dever de divulgar ou aprofundar o tema do ancestral jardim helénico⁵⁵. Encontrado ermo e sem anterior ocupação humana, o mito fundador por excelência do arquipélago seria o seu achamento, episódio – um entre muitos – do expansionismo português quatrocentista.

A geração seguinte da intelectualidade cabo-verdiana (*Claridade*) e a propaganda portuguesa inspirada em Gilberto Freyre foram, porém, mais sensíveis à ideia da ilha enquanto utopia social. A mestiçagem biológica, a sã convivência e a interpenetração de valores e de elementos culturais teriam feito do arquipélago uma utopia luso-tropical. Ainda mais do que o Brasil, onde ocorreriam alguns casos de racismo⁵⁶, Cabo Verde seria

⁴⁸ O tristemente famoso “Arquipélago de Gulag”.

⁴⁹ Nas 7.^a, 8.^a e 9.^a estâncias do Canto V d’*Os Lusíadas*.

⁵⁰ Cf. Simone Caputo Gomes, “A poesia de Cabo Verde: um trajeto identitário”, in *Poesia Sempre*, 2006, vol. 23, pp. 264-266.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 265.

⁵² Manuel Ferreira, “Prefácio”, in *Claridade – edição fac-similada*, Linda-a-Velha, Edições Manuel Ferreira, 1986, p. XLI.

⁵³ Pedro Cardoso, “A Camões”, in *Jardim das Hespérides*, Cabo Verde, 1926, p. 16.

⁵⁴ *Idem*, “Ode a África”, in *Jardim das Hespérides*, pp. 11-14.

⁵⁵ Ver, por exemplo: Gaetano Bonucci, “À volta de Cabo Verde. O arquipélago dos contrastes”, in *O Mundo Português*, 1943, vol. X, p. 873.

⁵⁶ Cf. Gabriel Mariano, “Do funco ao sobrado ou o ‘mundo’ que o mulato criou”, in *Colóquios Cabo-Verdianos*, Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1959, n.º 22, pp. 27-29.

um paradigma ainda mais exemplar, passe a redundância. E, novamente, predominou a imagem da insularidade. Era, assim, que se chegou a ver o Nordeste brasileiro – o berço da teoria luso-tropical – como uma ilha. Era, assim, que se comparava S. Tomé e Príncipe a Cabo Verde. Era, assim, que Mário António falava de Luanda como uma “ilha crioula”⁵⁷ num oceano cultural africano. Numa palavra, ilhas-farol, espécie de vanguardas da tolerância rácica.

Por outro lado, os “claridosos”, na sua demanda identitária, sobretudo Jorge Barbosa, sentiram-se mais próximos da Atlântida do que das Hespérides. Deste modo, não apenas equacionaram dar o nome do lendário continente submerso àquela revista mindelense, como Barbosa abria o seu primeiro volume de poemas, *Arquipélago*, ligando Cabo Verde à Atlântida: “destroços de que continente, de que cataclismos, de que sismos, de que mistérios?”⁵⁸ No fundo, percepção-se que, na passagem do mito hesperitano ao atlântico, os “claridosos” teriam volvido o olhar para as duas ilhas-utopia presentes na obra de Platão, parecendo combinar a natureza de ambas: a lendária (Atlântida) e a utópica e social (*A República*).

Não obstante, também Cabo Verde foi território da distopia. Não falando dos seus condicionalismos físicos e das negras descrições que de si fizeram alguns viajantes portugueses, há a registar a colónia penal do Tarrafal, ilha dentro de uma ilha, e o mais próximo que tivemos de um campo de concentração. Mas, até esta imagem tem sido ofuscada. Conforme escreveu Eduardo Lourenço, embora a consciência portuguesa pós-colonial recorde com a nostalgia o império, cedo esqueceu os problemas nascidos em torno da (des)colonização⁵⁹. O mesmo se diga, ultimamente, no que toca à memória do regime caído em Abril de 1974. E, Cabo Verde, pátria das mornas, à distância de quase 40 anos de independência, é agora a utopia possível das férias em ilhas paradisíacas.

⁵⁷ Mário António, *Luanda “ilha crioula”*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1967.

⁵⁸ Jorge Barbosa, “Panorama”, in *Arquipélago*, S. Vicente, Editorial “Claridade”, 1935, p. 9.

⁵⁹ Cf. Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1978.

